

1 ATA DA (390ª) TRECENTÉSIMA NONAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
2 MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DEZENOVE DE
3 SETEMBRO DE 2024, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO
4 SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. **HORÁRIO: 13H42.** QUÓRUM DE ABERTURA:
5 Constatada a presença dos conselheiros (as): **Claudinéia Ferreira de Souza** (representante do governo
6 - SEMDESC); **Cláudia Maria de Oliveira** (representante do governo – SEMDESC – suplente)
7 **Rariany Mayara Gontijo Dias** (representante da sociedade civil - Assistente Social); **Denyse Alanna**
8 **Mendes da Silva** (representante do governo - SEGOV); **Elvina Magali Xavier Gomes de Sá**
9 (representante da sociedade civil – AUDEC); **Sebastiana de Sousa Coimbra** (representante da
10 sociedade civil – APAE) e **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da sociedade civil – AS).
11 Como convidados o Contador da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania –
12 SEMDESC, Pablo Magnum e o Economista da Prefeitura Municipal de Unaí, Danilo Bijos Crispim. O
13 Conselho Municipal de Assistência convidou Pablo e Danilo para discutirem a importância do Fundo
14 Municipal de Assistência Social; a elaboração da proposta orçamentária do Fundo Municipal de
15 Assistência Social do município de Unaí/MG e como o CMAS pode garantir sua participação nesse
16 processo. A presidente Claudinéia iniciou a reunião agradecendo a participação de todos, em seguida
17 explicou que esse ano o CMAS enfrentou dificuldades na elaboração da proposta orçamentária para o
18 ano de 2025. Danilo explicou que o prazo para o executivo entregar para o legislativo é na data de 31
19 de agosto, como é um trabalho muito extenso que envolve todas as secretarias, o poder público
20 geralmente inicia os trabalhos no dia 02 de maio do ano corrente. Danilo falou que para o orçamento
21 de 2026 a proposta de sugestão do CMAS para ser incluído no orçamento deve ser entregue a Gestão
22 com antecedência, sendo que para o ano que vem, paralelo a elaboração da Lei Orçamentária Anual,
23 também será elaborado o Plano Plurianual para próxima gestão. Claudinéia perguntou sobre as
24 atualizações das legislações de alguns serviços que estão previstos na Lei do SUAS municipal, mas
25 que não está previsto no orçamento. Danilo explicou que em primeiro lugar o serviço deve estar
26 contemplado no PPA para depois estar na lei orçamentária, ou será necessária alteração do PPA, sendo
27 que as resoluções do conselho servem para organizar o serviço, mas para fins de alocação de recuso
28 não se faz necessário. Os conselhos discutiram sobre a participação do CMAS na construção da
29 política de assistência social, uma vez que conseguem identificar os serviços que devem ser
30 implantados, mas não possuem a capacidade técnica para elaboração das legislações para serem
31 apresentados ao executivo. Cláudia explicou que está previsto no regimento interno do CMAS que eles
32 contam com o apoio técnico da Administração, devendo ser solicitado quando necessário. Outro
33 questionamento trata-se da NOB/RH para cargos efetivos de coordenação, para o qual Danilo explicou
34 que existem o provimento de função cargo comissionado e cargo efetivo de provimento restrito,
35 assegurado em diferentes legislações como a lei da estrutura organizacional da administração e plano
36 de carreira, que os conselheiros devem dar atenção a ambas a depender da finalidade. Danilo sugeriu
37 ao CMAS criar um Grupo de trabalho com apoio jurídico para auxiliar o CMAS nos assuntos de

38 legislação. Falou que como em 2025 terá nova gestão entre os dias 02 e 10 de fevereiro será
39 reformulada a Lei 3.074/2017. Prosseguindo Claudinéia questionou sobre o Benefícios Eventuais que
40 estão assegurados na lei do SUAS e no orçamento, porém existem benefícios como o aluguel social
41 que não esta na lei municipal, nem no orçamento. Danilo explicou que o caminho é Lei nacional,
42 regulamentação da lei municipal criando o serviço, PPA e orçamento. As que não precisam de lei
43 municipal devem esta PPA e orçamento. E que dúvidas referente devem ser questionadas com o
44 jurídico da necessidade de legislação municipal. Referente à atualização das leis do Conselho devem
45 estar separadas em capítulos a fim de facilitar a localização das informações. Nada mais a relatar foi
46 lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Encerramento:
47 15h:40min.